

EUGENIA E BRANQUEAMENTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX¹

Weber Lopes Góes²

Resumo

O presente artigo procura apresentar a relação entre eugenia, raça e branqueamento no Brasil a partir dos intelectuais que expressavam os anseios das elites políticas brasileiras. Ainda, procuramos demonstrar como os pensadores, alinhados aos preceitos eugênicos, acreditavam na educação enquanto o principal local para consolidar um “povo” brasileiro. Por fim, o presente artigo apresenta as propostas de educação eugênica, a partir do seu principal interlocutor – Renato Kehl – e qual foi a influência da eugenia quando se funda o Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil, na década de 1930.

Palavras-Chave: Branqueamento; Eugenia; Educação; Ideologia do Racismo

EUGENESIA Y BLANQUEAMIENTO EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA EN EL SIGLO XX

Resumen

Este artículo busca presentar la relación entre eugenesia, raza y blanqueamiento en Brasil desde los intelectuales que expresaron los deseos de las elites políticas brasileñas. Además, buscamos demostrar cómo pensadores, alineados con los preceptos eugenésicos, creían en la educación como el lugar principal para consolidar un “pueblo” brasileño. Finalmente, este artículo presenta las propuestas de educación eugenésica, a partir de su principal interlocutor – Renato Kehl – y cuál fue la influencia de la eugenesia cuando se fundó el Ministerio de Educación y Salud Pública en Brasil, en los años 1930.

Palabra Clave: Blanqueo; Eugenesia; Educación; Ideología del racismo.

EUGENICS AND WHITENING IN BRAZILIAN EDUCATION IN THE 20TH CENTURY

Abstract

This article seeks to present the relationship between eugenics, race and whitening in Brazil from the intellectuals who expressed the desires of Brazilian political elites. Furthermore, we seek to demonstrate how thinkers, aligned with eugenic precepts, believed in education as the main place to consolidate a Brazilian “people”. Finally, this article presents the proposals for eugenic education, based on its main interlocutor – Renato Kehl – and what was the influence of eugenics when the Ministry of Education and Public Health was founded in Brazil, in the 1930s.

Keyword: Bleaching; Eugenics; Education; Ideology of Racism

¹Artigo recebido em 21/01/2025. Primeira Avaliação em 29/01/2025. Segunda Avaliação em 29/01/2025. Aprovado em 17/02/2025. Publicado em 09/04/2025.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.66312>

²Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), São Paulo - Brasil. Pós-Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo - Brasil. Pesquisador do Centro de Estudos Periféricos pela Universidade Federal de São Paulo (CEP/UNIFESP) e Professor Visitante no Centro de Ciências Naturais e Humanas da UFABC. E-mail: weber.lopes@ufabc.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023841526811579>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0872-4655>.

Introdução

A eugenia emerge no seio das contradições no interior das sociedades europeias, em especial, nos países de aspiração monopolista, no final do século XIX, ao toparem com as novas configurações de classes, sejam o crescimento da urbanidade, a delinquência, o pauperismo e o afloramento do movimento operário. Lukács afirma que a burguesia abandona o seu compromisso com a “razão” e, consequentemente, se propõe explicar as relações sociais por meio de mitos, sob o manto da ciência (Lukács, 1959). É neste contexto que nasce a eugenia, cujo principal precursor foi o primo de Charles Darwin, Francis Galton (1822-1911).

Incomodado em resolver as contradições de classes no seio da sociedade inglesa, Galton funda a eugenia, com a finalidade de “melhorar” as características do conjunto da população. De acordo com Gould (1991), o fundador da eugenia para além de ser forjar a estatística moderna, ele acreditava que qualquer coisa deveria ser medida, como critério para validar um estudo científico.

A palavra eugenia³ é oriunda do inglês *eugenics*, a partir do grego *eugénēs*, que significa “bem-nascido”. Etimologicamente, o eugenismo (ou eugenia) é a ciência dos bons nascimentos; fundamentada na Matemática e na Biologia, tinha como cerne identificar os “melhores” membros e estimular a sua reprodução e, ao mesmo tempo, diagnosticar os “degenerados” e evitar a sua multiplicação (Góes, 2018).

Galton classificou a eugenia em duas esferas: a *eugenia negativa*, que teria como fim impedir a multiplicação de indivíduos supostamente “inferiores” em perspectivas biológica, psicológica ou intelectual e a *eugenia positiva*, que seria o melhoramento da sociedade por meio da reprodução de seres humanos concebidos como “superiores”, inclusive com propostas onde os reprodutores seriam selecionados para depositar seus espermas em banco de óvulos.

O pensador eugenista acreditava que era necessária a criação de um banco de dados para registrar informações⁴, tais como características físicas e intelectuais, além de questionários e argumentava que “o mundo está começando a se dar conta

³ Cf. Black (2003), Góes (2017, 2018) e Stepan (2005).

⁴ Não é por acaso que ele foi inventor do Laboratório Antropométrico para realizar suas pesquisas, tais como, testes de inteligência, estudos fisiológicos etc., em 1864, quando participou de uma exposição Internacional de Saúde no mesmo ano.

de que a vida do indivíduo é, no sentido real, uma prolongação de seus antecessores" (Galton, 1988, p. 116).

A fim de comprovar seu argumento, Galton disponibilizou uma extensa lista com informações genealógicas, resultado de estudos com famílias, atinando comprovar "por meio de métodos genealógicos e estatísticos simples, que a aptidão humana seria uma função da hereditariedade" e nada teria a ver com a educação (Stepan, 2005, p. 30).

Entre os anos de 1860 e 1945, algumas das produções relacionadas à eugenia são realizadas por biólogos preocupados em coibir a degenerescência do ser humano e melhorar a espécie humana. Tais objetivos foram compartilhados em amplos círculos intelectuais, desde universidades, instituições de segurança pública, médicos, psicólogos e etc.

No caso brasileiro, é preciso ressaltar que a busca de "modernizar" o Brasil, influências significativas devido aos estudos realizados, ao longo do século XIX, por viajantes europeus que estavam ancorados nas ideias sobre clima, raça e evolução. Logo, os pensadores oriundos da Europa construíram um modelo de interpretação em relação à realidade brasileira a partir das suas próprias deduções e, ao estudá-lo, faziam sugestões para os estudiosos e teóricos brasileiros, acreditando, desta forma, estarem contribuindo para a interpretação e a construção de caminhos para a efetivação de uma nação⁵, como por exemplo, Henry Buckle (1821-1862), Louis Agassiz (1807-1873) e Arthur de Gobineau (1816-1882). Estes pensadores, ao sugerir o branqueamento do Brasil, tiveram influência decisiva no que diz respeito aos intelectuais das elites brasileiras.

Desse modo, a ideologia da eugenia também fora importada para o Brasil, na passagem do século XIX para o XX, com a perspectiva de responder às contradições sociais emergentes, como por exemplo, o "problema da raça" e do sanitarismo. Os médicos almejavam criar um "tipo" de trabalhador que expressasse os anseios das burguesias políticas brasileiras. Porém, a eugenia passa a ser conhecida a partir das intervenções de Renato Kehl (1889-1974), em 1918, sobretudo quando ele funda a *Sociedade Eugênica de São Paulo* que se tornou a

⁵ Em relação à construção da história e interpretação do Brasil cf. Moura (1990).

primeira instituição eugênica da América Latina e o modelo para os adeptos do movimento eugênico, ficando atrás somente da Inglaterra, França e EUA⁶.

Kehl foi o principal inspirador de instituições eugênicas no país tais como a *Liga Pró-Saneamento do Brasil* (LPSB), em 1918, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM), em 1923, além de participar da organização do *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, em 1929 e a criação da *Comissão Central Brasileira de Eugenia* (CCBE), em 1931. Todas estas instituições tiveram como cerne o melhoramento da “raça”, modernizar e higienizar o país (Brito, 1995).

De acordo com as informações acima, o presente artigo tem como finalidade demonstrar como as ideias eugênicas foram utilizadas para modernizar o país por meio do branqueamento da “raça”. Assim, o presente artigo está organizado em dois tópicos: no primeiro procuramos expor, brevemente, como os intelectuais brasileiros concebiam o povo brasileiro e quais os caminhos o Brasil deveria trilhar para melhorar a “raça”; no tópico seguinte, o nosso intento é demonstrar como os eugenistas, em especial o seu principal interlocutor Renato Kehl, sugerem uma educação eugênica para o país; e, por fim, neste mesmo tópico, procuramos apresentar os impactos da educação eugênica no Brasil, a partir da instituição do *Ministério da Educação e Saúde Pública*, que teve uma forte influência das ideias eugênicas no país.

A intelectualidade brasileira e o projeto de “povo” para o Brasil

A lista de intelectuais que acreditavam que o problema do Brasil estaria na melhoria da raça é extensa, pois para alguns pensadores o país apresentava diversidade de grupos sociais, que se afastam dos modelos e padrões conhecidos e teorizados pela inteligência acadêmica da época. Nesse contexto, as ideias dos intelectuais, artistas e cientistas viajantes que estiveram aqui ou aqueles que escreveram sobre o Brasil foram importadas e reproduzidas pelos representantes das elites, tendo como escopo os valores dos países europeus, preservando, entretanto, as tradições patrimonialistas cultivadas na realidade brasileira.

A título elucidativo podemos destacar Silvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Oliveira Vianna (1883-1951). *Silvio Romero*

⁶ Para um estudo sobre as instituições eugênicas no Brasil: cf. Diwan (2007), Góes (2018) e Stepan (2005).

(1851-1914), ao interpretar a realidade brasileira no viés mecanicista e determinista acreditava que o Brasil deveria ser estudado através da geografia, raça e evolução; para ele a nacionalidade brasileira foi resultado da evolução do povo. Valendo-se do darwinismo social, Romero buscava entender as diferenças entre os grupos sociais, que, aliás, acreditava ser diferentes chegando a crer na existência entre grupos *superior* e *inferior*.

A sua perspectiva era entender a composição racial no Brasil e, assim, apresentar as características dos povos existentes (o branco europeu, o negro africano e o índio aborígene); defendeu a tese de que os brancos se tornaram hegemônicos em razão da cultura desenvolvida em relação aos africanos (que foram reduzidos ao trabalho escravizado) e indígenas aniquilados pelas doenças. Segundo Skidmore (1978), Romero afirmava que na luta pela sobrevivência entre os negros e brancos, este seria o vencedor, sobretudo por meio da miscigenação.

Nessa direção, o sergipano apostava na dizimação do africano no Brasil, denominada por ele de “*seleção natural*”, a partir da extinção do comércio de africanos, acompanhado do extermínio de nativos americanos e por meio da política de imigração de trabalhadores europeus, logo, estimava três a quatro séculos para o branqueamento do Brasil (Ortiz, 1985; Skidmore, 1978).

Outro intelectual que se valeu das teorias europeias objetivando encontrar e oferecer resposta ao Brasil foi Nina Rodrigues (1862-1906). Ancorado nos estudos racialistas, suas pesquisas subsidiaram o Poder Judiciário na identificação de crimes e para qualificar o “criminoso”. Em *As Coletividades Anormais* (1939), Rodrigues foi considerado o pioneiro nos estudos sobre “psicologia das multidões”, em virtude de estudar as manifestações populares no final do século XIX⁷, a partir de seu interesse em compreender a revolta de Canudos, o “caso” Lucas da Feira e o regicida Marcelino Bispo. Concebía as manifestações populares como “seitas” ou epidemia de loucura e assevera que as lideranças são a expressão da demência, e a atuação dos líderes não passava de uma patologia que contaminava os seus seguidores.

Em seu livro *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal*, trabalho marcado pelas ideias de Lombroso⁸, publicado no século XIX, influenciou as áreas da Medicina e do Direito, a partir de uma análise sobre o “criminoso”. Para Rodrigues a raça deveria ser considerada elemento condicionante da

⁷ Em relação a essa afirmação cf. o Prefácio e notas da referida obra realizada por Arthur Ramos.

⁸ Sobre Cesare Lombroso cf. Góes (2018).

responsabilidade penal (Ramos e Maio, 2010). Rodrigues concordava com Silvio Romero em relação à superioridade do homem branco em detrimento do negro, porém, discordando do crítico literário, afirmava que a mestiçagem seria um elemento negativo na *formação do povo brasileiro*. Nesse sentido, afirma que o negro, ao ser traficado para o “novo continente”, eleva-se de patamar, pois “libertou-se dos labores embrutecidos e das misérias degradantes do seu congênere africano, adquiriu verniz pelo atrito com elementos étnicos superiores”, todavia, continua Rodrigues (s/d, p. 122), “melhorou, mas não deixou de pertencer à sua raça, não é adaptável às mesmas condições sociais do ariano”.

Segundo Moura, “através das categorias científicas da sua época, eivadas de etnocentrismo, etnocentrismo que hierarquizava as raças [coloca] o negro no seu degrau mais baixo e a raça branca no seu cume” (Moura, 1983, p. 97), onde a única saída estaria na criminalização do grupo denominado de inferior, isto é, dos descendentes de africanos no Brasil.

Outro teórico que está na constelação dos defensores do branqueamento no Brasil é Oliveira Vianna⁹, pois, se valendo de autores como Gobineau, Gustave Le Bon (1841-1931), Vacher de Lapouge (1854-1936), para ficar apenas nestes, tem como fito aplicar seus estudos à realidade brasileira. Nutrindo-se dos preceitos eugênicos defendia a tese de que os negros são “inferiores” aos “arianos”, logo, “o negro, com efeito, é incapaz de “competir com as “raças” brancas e amarelas”, pois, “É o que a observação demonstra e os resultados das pesquisas psicológicas experimental parecem confirmar” (Vianna, 1934, p. 271).

Em seu raciocínio, afirma que os africanos eram incapazes de firmar civilização sem a contribuição de outros povos, em destaque, os “arianos” e “semitas”. Nesse caso, o pensador fluminense aloca os africanos como um grupo social *estúpido e ignorante* e conclui que “a existência dos grandes centros de cultura nas regiões centrais da África, é o que não ponho em dúvida; mas, que estas civilizações sejam criações da raça negra é o que me parece contestável” (Vianna, 1934, p. 285).

Em exercício de “futurologia”, Vianna chega a afirmar que “para os negros assumirem o papel de ‘civilizador’ em nossa sociedade, é preciso que eles se

⁹ Para uma análise mais detida sobre as obras de Oliveira Vianna cf. Vieira (2010) e Moura (1990; 1998).

caldeiem com outras raças, especialmente as raças arianas ou semitas e que percam a sua pureza" (Vianna, 1934, p. 285).

Aguerrido, em sua obra *Populações Meridionais do Brasil* Vianna condena o mestiço e não lhe poupa adjetivos, ao afirmar que os mestiços não mereceriam respeitabilidade porque seriam "desclassificados", pessoas de "classe inferior", "ralé absorvente", "raça de ociosos", "madraçaria perigosa", degradam-se pela corrupção; vivem sob a impulsão mórbida da própria "anormalidade", em suma, constitui a "ralé colonial" (Vianna, 1952).

Em *Evolução do Povo Brasileiro* (1956), Vianna tenta explicar o subdesenvolvimento do Brasil a partir da mistura de raças e afirma que as "raças inferiores", em particular a negra, deveriam ser extintas por meio da luta com as "mais fortes" e "superiores", considerando que o processo civilizatório era tarefa da raça branca, logo, a solução para o Brasil estaria na "arianização" dos povos não brancos. A miscigenação não passava de uma ferramenta, um caminho para a formação da nação, e os "arianos" seriam os precursores da evolução e modernização do Brasil (Moura, 1990).

Considerando o pensamento viannista, dentre os aspectos referentes ao pensamento está "reafirmada a sua crença não somente na desigualdade das raças humanas, mas também, dentro dela, do papel do eugenismo que – atuando através da herança individual e direta – possibilita a aparição dos grandes homens" (Paiva, 1978, p. 151).

A Educação eugênica no Brasil in Renato Kehl

Neste tópico demonstraremos a concepção sanitarista e a crença kehliana na educação como ferramenta para a realização da eugenia, especialmente da positiva e negativa, em que a educação tem papel relevante. Se faz necessário ressaltar que neste breve artigo não é o nosso intento expor a longa biografia de Renato Kehl, pois sobre este assunto trabalhamos exaustivamente em outra ocasião¹⁰. Assim, procuramos apresentar a proposta de Renato Kehl referente à educação e à sua relação com a eugenia, mais especificamente em seu trabalho intitulado *Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização* (1933).

¹⁰ Para melhor compreensão sobre a trajetória intelectual de Renato Kehl no seio do movimento eugenista brasileiro cf. Góes (2018) e Diwan (2007).

Na referida obra, Kehl destaca a Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia, realizada em Havana, em 1927, a qual aprovou o “ensino obrigatório de eugenia em todos os estabelecimentos de ensino secundário e superior” e o “Congresso de Educação, realizado em Curitiba, nesse mesmo ano, onde aprovou idêntica proposta” (Kehl, 1933, p. 211). O seu argumento é reforçado ao mencionar a prática do ensino de eugenia nos EUA, nas universidades da Inglaterra, tendo cadeiras especiais em Cambridge, em Munich, e de quase todas as universidades da América do Norte (Kehl, 1933).

Kehl propõe um esquema denominado “as bases de um programa para o ensino de eugenia” (Kehl, 1933), com a finalidade de apresentar a definição de eugenia, considerando o aspecto teórico, prático e individual; em seguida, apresenta um esquema para o “ensino das medidas propostas pela Eugenia” (Kehl, 1933); por fim, propõe outro esquema nomeado por ele de “esquema dos remédios propostos” (Kehl, 1933), em que preconiza quinze tópicos asseverando medidas que levem em consideração os casamentos eugênicos, propostas de esterilização de “anormais e criminosos” e tantas outras. E mais, o pensador limeirense sugere escolas como locais privilegiados de pulverização das ideias eugênicas, a fim de consolidar “elites eugênicas” e uma legião de “indivíduos apenas intelectualmente superiores”, Kehl sugere dois “modelos de escolas”: *escola-lar* e *escola-lar-eugênica* (Kehl, 1933, p. 219).

A *escola-lar* preconiza a realização de uma consciência de *comunidades* escolares, visando à formação de “indivíduos” disciplinados, em especial na escola. Deve formar alunos com espírito de colegismo e disciplina corporativa; em suma, tem de consolidar um aprendizado de espírito comunitário, integrando pais, mestres, perspectivando a criação de uma verdadeira comunidade (Kehl, 1933).

Em relação à *escola-lar-eugênica*, defende a consolidação de *elites* de classes, cujas pessoas sejam selecionadas segundo a sua vocação, considerando, sobretudo, as famílias dos alunos a partir da história dos pais e avós. Uma vez verificado o histórico dos familiares, identificando, assim, no passado, pessoas sadias e inteligentes, com valores morais e com “boas capacidades”, estaria garantida a proximidade com os preceitos eugênicos (Kehl, 1933).

Uma vez consolidadas as escolas propostas por Renato Kehl, a educação no Brasil, para ter sucesso, deveria ainda levar em consideração uma gama de itens os quais resumimos da seguinte forma (Kehl, 1933, pp. 220-221):

- Aproximar o lar do educando e a escola, no sentido garantir trocas mútuas (escola-lar, escola-exemplo, escola-cooperação);
- Educar no sentido de conseguir um livre, agradável desenvolvimento das disposições naturais, das forças do corpo e do espírito, da vontade e da inteligência, para que os jovens possam servir, eficazmente, a eles próprios a coletividade;
- Educar para a simplicidade; uma educação moral, aludindo ao desenvolvimento da personalidade, e tendo como fito a disciplina externa (relação com o meio social), considerando a disciplina interna, caracterizando um homem livre;
- Educação intelectual para desenvolver as capacidades criadoras, produtivas, e uma educação social para formar homens independentes, mas sociáveis, no sentido de despertar e de formar consciência de que o homem deve visar o bem comum, justo, belo e verdadeiro;
- Educação para o trabalho, cujo escopo é o cultivo da vocação, fomento e autoatividade;
- Educação para os prazeres sadios, pelo gosto da arte, coros e concertos;
- Educação coeducativa, que seria a educação sexual no âmbito moral, da infância até a puberdade, com separação dos sexos;
- Educação patriótica, visando amor à terra, à bandeira, aos grandes homens, tendo como fito o amor aos homens e o horror à guerra. Ainda, no que tange à educação patriótica, que fossem realizadas festividades elegendo cinco homens exemplares da nacionalidade;
- Nesta escola, os professores serão os *mestres escola da família*;
- Cada escola será um lar, onde o professor casado terá de residir com os discípulos, de 5 e no máximo 12 integrantes. A escola consistirá em escola-master ou escola geral.

Os pontos apresentados sintetizam a proposta de educação e visão de escola preconizada por Renato Kehl, que acreditava que as suas proposituras, uma vez objetivadas, produziriam “verdadeiros homens”, visto que ele reclamava a ausência de uma,

(...) elite culta, orientada, saudável e disciplinada em nosso país, quando encontrado (homens de elites!) eram nos “cacos” de uma sociedade individualista e tresmalhada, alguns homens dignos, porém baldados e de iniciativa, de combatividade, mas em compensação, triste compensação, cheios de indulgência e de – paciência (Kehl, 1933, p. 223).

Por essa razão, acreditava que a educação teria um papel fundamental para a realização do projeto eugenético, pois, somente com ela é que seria efetivada a eugenia no Brasil, por meio de homens cultos e límpidos. A eugenia seria uma maneira de aperfeiçoar os homens, daí a sua conclusão em relação ao projeto de educação eugenista, ao frisar de maneira otimista: “Formemos, pois, a nossa ‘elite’, que tudo o mais temos a sobrar!”. E continua: “É por assim pensar que preferimos, a 1.000 escolas para alfabetizar, 1 boa escola para educar” (Kehl, 1933, p. 223).

É sabido que as propostas eugenistas de educação iniciam-se de maneira mais incisiva a partir da década de 1920 e tomam maior vulto com o Governo Vargas, em especial a partir da consolidação do Ministério da Educação e Saúde em 1930. Figura emblemática deste movimento, Gustavo Capanema mantinha íntima relação com pensadores eugenistas como Oliveira Vianna, entre outros, subsidiando a efetivação de um projeto de educação no Brasil, cujo pano de fundo era consolidar o “homem eugenético” brasileiro almejando atender às necessidades do desenvolvimento industrial. Neste caso, constatamos que Francisco Campos, quando ministro da Educação, por decreto de 1931, institui a educação física como obrigatória, especialmente no ensino secundário.

Assim, os professores deveriam se preparar para a realização de uma educação “cívica (hábitos e valores ligados à nação), a higiênica (eugenia, purificação racial, corpo saudável, saúde superior) e a estratégica (relacionada à segurança nacional, ao combate e à defesa da pátria) (Murad, 2012, p. 174).

Vargas consolidou uma educação de cariz eugenético concatenado com as proposituras pedagógicas de Kehl, desde a difusão dos valores morais e patrióticos aos estudantes à transmissão do amor à pátria e o respeito às tradições, investindo na valorização da pátria e da família. Isto é, após a Revolução de 1930, efetivaram-se políticas administrativas para a reforma educacional, a fim de assegurar a universalização do ensino no Brasil, pois: “A expansão levou as escolas públicas, com sua mensagem eugenética, branqueadora e nacionalista, aos bairros pobres e racialmente mistos” (Dávila, 2006, p. 33).

Conforme asseverou em seu estudo sobre a presença da educação eugênica no Brasil, Dávila (2006) afirma que os eugenistas brasileiros viam nas escolas um local privilegiado para combater os “degenerados”, ou, se quisermos, consolidar “homens eugenizados” com espírito nacionalista. De modo geral, os projetos de educação para o Brasil a partir das primeiras décadas do século XX – considerando as reformas de Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Gustavo Capanema – estavam ancoradas no viés eugenista.

Havia uma ânsia em realizar escolas eugênicas, nos moldes de um Brasil mais europeu, por isso educadores, do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, até “o psicólogo infantil Manoel Lourenço Filho, o compositor Villa-Lobos, o autor de diversos livros didáticos de história Jonathas Serrano e o antropólogo Arthur Ramos, todos abraçavam explicitamente essa visão de raça. Naturalmente, para eles o futuro do Brasil era branco” (Dávila, 2006, pp. 25-26).

Embora houvesse uma perspectiva de uma educação eugênica e pautada num viés do branqueamento, é preciso apontar que tais alusões não deixaram de apresentar embates, sobretudo quando se pensa qual seria o modelo de ser humano que poderia representar o país. A este respeito Dávila (2006) apresenta uma controvérsia elucidativa da concepção de homem eugenizado de Capanema: quando o então ministro encomenda uma estátua que seria alocada em frente ao prédio do *Ministério da Educação e Saúde* no Rio de Janeiro, o projeto apresentado pelo arquiteto, não representa “O Homem Brasileiro” imaginado por ele. A escultura reproduziria um “homem mestiço”, o contrário do que almejava o gestor do Ministério, sendo, na verdade, “tudo o que Capanema esperava que o Brasil deixasse para trás” (Dávila, 2006, p. 49).

Outro aspecto que nos autoriza afirmar o compromisso do Estado brasileiro com a perspectiva eugênica na gestão de Vargas, pode ser constatada, em especial, na Constituição de 1934, particularmente no Título IV, responsável em manter a “Ordem Econômica e Social”. Conforme constam no Artigo 138:

Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a

morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934).

De acordo com a citação acima, o vocabulário da Constituição de 34 tem íntima influência do movimento eugenônico, por exemplo, “estimular a educação eugenética”, proteger a juventude no aspecto “físico”, “moral” e “intelectual”. Ainda, constatam-se os termos como “higiene social” e a prevenção contra os “venenos sociais”. A maneira de identificar as contradições sociais no âmbito biológico, isto é, eugenônico, comprova que foi no governo Vargas que a eugenia passou a ser refinada.

Ainda no âmbito da consolidação da perspectiva de Kehl, é preciso mencionar que, em 1936, ele foi convidado a participar de uma sessão solene no Salão nobre da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, relacionada à ratificação da lei municipal intitulada a Campanha Eugênica, de autoria do vereador e farmacêutico Fioravante Zampol¹¹. Apenas para elucidar, basta verificar o artigo 1º da Lei: a) o “combate ao alcoolismo”; b) Combate à sífilis e outras moléstias venéreas; c) Propaganda Pró-exame Médico Pré-nupcial; d) Propaganda contra o matrimônio dos tuberculosos, hansenianos e tarados; e) Conselhos Gerais de Eugenia; f) Educação física; g) Amparo à maternidade.

A proposta de lei preconizava ainda a publicidade sobre a eugenia nas escolas, instituições; consolidação de clubes eugenéticos; estudos e observações dos conselhos de eugenia a fim de serem publicados na imprensa local. Propunha igualmente a aquisição por parte do município de livros e trabalhos relacionados à ideologia da eugenia, disponibilizando-os aos médicos do município e aos demais interessados e que os materiais adquiridos fossem colocados à disposição das bibliotecas públicas. Faz-se necessário frisar que a lei foi elaborada com base nas proposituras de Renato Kehl. Conforme carta recebida pelo vereador Zampol, Kehl avaliou o projeto e ainda fez seus devidos comentários a fim de enriquecê-lo¹².

¹¹ A proposta de lei e os discursos no evento tanto de Renato Kehl, bem como do proponente da referida lei – Fioravante Zampol –, podem ser consultados no Departamento de Arquivos da Fundação Oswaldo Cruz – Sala de Consulta.

¹² Segue o texto da carta “Digníssimo vereador da Câmara Municipal de São Bernardo. Por intermédio de gentil portador recebi a comunicação do benemérito trabalho que V.S. está desenvolvendo nesse município, em prol dos ideais eugenéticos. Recebi também o recorte do ‘Estado de São Paulo’ que reproduz o projeto de Lei apresentado por V.S. cuja leitura acabo de fazer com muito interesse. É com maior fusão que apresento as minhas felicitações pelo seu projeto que, poste em prática, trará inestimáveis benefícios para a formação eugenética das novas gerações” (Fundo Renato Kehl – DAD-COC).

Neste tópico, acompanhamos as proposições de Renato Kehl sobre a aplicação prática da eugenia, por meio da educação, que seria um meio de evitar “aumento das degenerações da nossa gente rural e até mesmo urbana – *infeliz*” (Kehl, 1923b, p. 40). Assim, “educar são desígnios da eugenia, que – com um programa mais amplo que a medicina social, visa não só o indivíduo a coletividade presente, com a descendência futura” (Kehl, 1923b, p. 43).

Conclusão

Conforme salientamos na introdução do presente artigo, o nosso intento foi apresentar, grosso modo, alguns apontamentos referentes às raízes do branqueamento no Brasil. Buscamos demonstrar que o ideário de um Brasil “branco” e “civilizado” está intimamente ligado com os destinos da sociedade brasileira, principalmente na perspectiva das elites políticas do país. Não é por acaso que, ao vislumbrar um tipo específico de um “povo” que deveria representar o Brasil, de fato, não seria os descendentes de africanos escravizados, mas sim, o branco, este sinônimo de avanço, progresso e “civilidade”, ao passo que o primeiro seria a expressão do “atraso” e do subdesenvolvimento do país.

Somente a partir da perspectiva das elites políticas e seus projetos que conseguiremos identificar e compreender o porquê as populações descendentes de trabalhadores escravizados no dia 14 de maio de 1888, um dia seguinte a abolição da escravatura, tiveram de ir para os locais de moradias mais precárias, passaram a ocupar os postos de trabalho na base da hierarquia da divisão do trabalho.

Vimos para que tal empreitada fosse concretizada a eugenia seria um dos principais instrumentos a ser utilizado, considerando que para os adeptos do referido movimento, a eugenia seria não apenas um aporte para melhorar os indivíduos, mas teria de ser um meio de regenerar e construir um povo que refletisse os anseios das elites brasileiras. Neste caso, a educação seria o espaço privilegiado para a reprodução das ideias eugênicas e, ao mesmo tempo, contribuir para a reprodução dos “valores” da sociedade, que nada mais eram: a ideologia do branqueamento, o nacionalismo e o espírito de um país que expressasse a ausência de contradições étnico-raciais e de classe. Por esta razão que Renato Kehl vai propor toda uma educação que responderia os anseios das classes dominantes brasileiras e cuja educação seria o principal caminho para a consolidação de um “povo” eugenizado.

As palavras arroladas acima também contribuem para se entender o porquê os negros/as ocupam uma parcela expressiva de encarcerados e vítimas do extermínio praticado pelo Estado através de seu aparato militar. Nessa quadra, é preciso lembrar que no âmbito da saúde os negros/as são os que mais são impedidos de acessar tal serviço, além de serem vítimas de maus-tratos devido ao descaso do poder público, resultando em mortes precoces, sobretudo, de mulheres que não tiveram acesso a tratamentos básicos de saúde.

E mais, no caso da educação é preciso apontar que mesmo que no Brasil tenha existido uma gama de iniciativas que procuram superar as desigualdades étnico-raciais, entretanto, é preciso constatar, infelizmente, que negros/as ainda são os que não conseguem concluir o ensino médio e, por sua vez, estão nas filas daqueles que menos acessam o ensino superior.

Neste sentido, salientamos que o projeto de “povo” brasileiro ainda é presente, logo, os grupos sociais que vivem em condições desiguais em nosso país são os alvos das políticas de Estado aludidas pelas elites políticas do Brasil. Isto é, são os descendentes de africanos trabalhadores escravizados, que por sua vez continuam a serem enquadrados no estereótipo do “criminoso”, conforme identificamos com Nina Rodrigues, ou se quisermos, na perspectiva de Oliveira Viana representam o “tipo” de ser humano disgênico, que nesse caso deve ser “limpado” da sociedade brasileira para que o País possa despontar enquanto uma nação.

Foi com esse propósito que buscamos apresentar o presente artigo, para que possamos especialmente aqueles educadores/as que são comprometidos com uma educação que extrapola os muros das escolas a vislumbrar não um projeto de sociabilidade brasileira num viés das elites políticas, mas que seja uma perspectiva de sociedade que eleja todos aqueles que de fato expressam a “feição” do país, nesse caso, sabemos que os descendentes de africanos e os povos originários estão nessa constelação, e não de hoje, mas desde 1500 têm erguido esse país, porém, não foram até os dias atuais indenizados pelos seus trabalhos despendidos.

Referências

- BLACK, E. **A guerra contra os fracos**: A eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.
- Brasil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 24 de dezembro de 2024.
- BRITO, N. **Oswaldo Cruz**: A construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 1995. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/t7/pdf/britto-9788575412893-02.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2025.
- DÁVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: LiberArs, 2018.
- GOLD, S. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fonte, 1991.
- KEHL, R. **Aparas eugênicas**: sexo e civilização, São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1933.
- KEHL, R. **Melhoremos e prolonguemos a vida**. São Paulo: Francisco Alves, 1923.
- LUKÁCS, G. **El asalto a la razón**: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México/Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 1959.
- MAIO, Jair de S. R. e M. C. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça como Questão** – História, Ciência e Identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MOURA, C. **As injustiças de Clio**: O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MUNAGA, K. **Redisputando a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAIVA, V. Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo? **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- REIS, J. R. F. **Higiene mental e eugenia**: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). 1994. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1982.

RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Guanabara, s/d.

RODRIGUES, N. **As coletividades anormais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças –** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SKIDMORE, T. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1956.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1952. v. I.

VIANNA, O. **Raça e assimilação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.